

UM ANTROPÓLOGO NUMA ONG. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PRÁTICA ACADÊMICA E PRÁTICA POLÍTICA*

Apresento aqui um depoimento de caráter pessoal sobre a inserção de uma antropóloga numa entidade não-governamental. Mais especificamente, falarei de uma experiência profissional dedicada ao meio ambiente, no *Greenpeace*, uma Organização Não-Governamental (ONG). Não me detenho nas razões da escolha dos temas com os quais uma entidade do tipo *Greenpeace* trabalha; tampouco apresento aqui uma abordagem antropológica geral, sobre essa experiência, enfocando teoricamente prática acadêmica e prática política. Minha reflexão se volta, concretamente, para como um antropólogo se relaciona com uma entidade como esta; como pode contribuir para com ela e, também, o que ele pode incorporar nessa prática. Durante o período em que estive ligada ao *Greenpeace*, não foram poucas as vezes que me perguntei em que medida o fato de ser antropóloga contribuía para uma organização desse tipo.

Embora as dúvidas sobre essa relação permaneçam, a minha inserção numa ONG significou, *per si*, uma mudança muito grande. Mudança essa motivada, nem tanto pela maneira diferente de olhar as questões, mas fundamentalmente por me ver defrontada com situações

BEATRIZ MARIA ALASIA DE HEREDIA**

RESUMO

Baseada em experiência pessoal, a autora analisa relações entre prática acadêmica e prática política, tomando como referência a instituição *Greenpeace*. O enfrentamento de problemas ambientais, através de campanhas estratégicas (o uso da água, a sobrevivência das baleias, a produção de transgênicos etc.), aponta a necessidade de atuação do antropólogo como uma espécie de tradutor cultural - um profissional com valores que relacionam rigor científico e compromisso político.

ABSTRACT

Based on a personal experience, the author analyzed the relation between academy and political practice taking as a case-study the *Greenpeace* institution. Its mode of facing ecological problems through strategic campaigns, (the usage of water resources, whale survival and transgenic production, etc.), pointed to a growing demand for the intervention by anthropologists as cultural translators - the type of a scientist with professional values that bridge scientific rigor to political commitment.

* Este trabalho foi originalmente apresentado na mesa redonda "Antropólogos e ONG's" no evento regional realizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pelo PPGACP/UFF, intitulado "Antropologia Extramuros: campo profissional e as novas responsabilidades Sociais e Políticas do antropólogo", no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Maio de 2002.

** Doutora em Antropologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - IFCS/ UFRJ.

problemáticas e complexas, diante das quais não poderia fazer o que fazia enquanto pesquisadora: assinalar os prós e contras e tentar descrever os significados que esses fatos têm para os grupos envolvidos e assim analisá-los. De modo diferente, teria que tomar resoluções políticas diretas e concretas. Então, deveria deixar de ser um observador para me tornar um ator social, atuando politicamente, o que significa tomar decisões concretas que têm conseqüências políticas, e aqui a definição de política é muito ampla.

À especificidade anterior soma-se, ainda, o fato de ser uma organização internacional. Isto possui diversas implicações, mas, o que quero enfatizar aqui é que esse caráter internacional implica pensar as relações existentes no interior da própria organização, tendo que conciliar as diferentes visões existentes entre as pessoas, provenientes de países e realidades tão diversas, como as que atuam em seu interior. E, finalmente, a essas especificidades soma-se outra, que é

aquela derivada do fato de se tratar de uma entidade dedicada ao meio ambiente.

A primeira questão enfocada refere-se às razões da minha entrada no *Greenpeace*. Como entrei e o que aprendi lá? O que cabe ao antropólogo fazer

numa associação como essa? Conforme mencionei, não tenho qualquer pretensão em promover uma reflexão em torno da antropologia; quero apenas levantar algumas questões.

Se sigo à risca a denominação do título da mesa redonda – *Antropologia Extramuros* –, deveria dizer, ao analisar a minha trajetória profissional, que ela sempre foi um pouco *extramuros*, e, ao dizer isto, não pretendo parecer muito original. Pergunto a mim mesma: como seria *intramuros*? Em última instância, qual é o muro e o que ele divide? Quando se pensa em *extra por oposição a intra muros*, pensa-se em blocos; como se fosse possível imaginar apenas uma única maneira de estar no mundo acadêmico (dentro do muro) e no mundo das ONGs (fora do muro). Na verdade, é possível observar a existência de várias maneiras de estar em um ou em outro lado. Portanto, poder-se-ia pressupor a existência de vários “murinhos”.

Por outro lado, todos os que compõem esta mesa têm em comum um “pé dentro” e outro “fora do muro”; e me pergunto até que ponto isto é algo específico ou algo mais geral e comum. Simultaneamente, há outro elemento em comum a todo e qualquer antropólogo que se encontre de um ou do outro lado do muro: ele é, antes de tudo, um cidadão. As responsabilidades que isto acarreta aparecem em seu trabalho profissional, independentemente de onde ele se realize, pois como bem sabemos, até a atividade menos engajada evidencia, em si, uma forma de engajamento.

Uma determinada visão da sociedade me levou à Antropologia e ao uso de determinados instrumentos para compreender o universo social. Tentarei expor, aqui, de que maneira a Antropologia me ensinou e me ajudou, inclusive, a direcionar a minha trajetória posterior e as diferentes passagens para esse “outro lado do muro”. Recentemente, uma colega me pediu que lhe relatasse as razões e a maneira pela qual eu havia ingressado no *Greenpeace*. Tais razões estão muito ligadas a experiências de vida anteriores, e, especificamente, à minha trajetória como antropóloga.

Quando eu vim ao Brasil, para fazer o curso

de mestrado, já tinha tido algumas pequenas experiências profissionais na Argentina. Tinha sido assistente de pesquisa de um antropólogo americano, e o estou mencionando porque a relação com ele foi importante para minha entrada no *Greenpeace*. Essa experiência de pesquisa, junto com outras realizadas anteriormente, com outros professores, me fez decidir trabalhar em Antropologia, e por isto vim ao Brasil pela primeira vez. Nessa estadia, fiz os cursos, o trabalho de campo, e, quando já tinha quase concluído a então chamada tese de mestrado (faltavam apenas o último capítulo, a introdução e a conclusão), voltei à Argentina, por razões pessoais, para lá terminar o trabalho. No entanto, nessa volta à Argentina, a inserção na Universidade e a conjuntura política fizeram com que eu me dedicasse à docência e à militância política, deixando de lado a conclusão do trabalho. Foi essa militância que me trouxe – nessa segunda vez, com a minha família completa –, novamente ao Brasil, em 1976. Para minha sorte, apesar de tudo, porque estou podendo, hoje, contar essa experiência.

Logo após meu retorno ao Brasil, a situação no país era muito menos tensa do que em 1971, quando tinha chegado pela primeira vez; e, já nesse segundo momento, alguns colegas estavam começando a trabalhar de forma pública, nos movimentos sociais, assessorando-os, como antropólogos. Colocou-se, naquele momento, uma questão em torno dessa opção por assessorar os movimentos sociais em diferentes instâncias por meio de ONGs ou sindicatos. Entre meus colegas, havia aqueles que, fazendo referência a esse trabalho desenvolvido pelos antropólogos (como o que hoje neste evento está sendo classificado como *extra muro*, incluindo sob esse rótulo toda atuação “não acadêmica”) avaliavam-no com frases do tipo: “Eles agora partiram para o mundo real”, como se o trabalho acadêmico não o fosse. Essa visão “dissociadora”, que separa ambos os tipos de conhecimento, ainda estava presente e a senti, quase 10 anos depois, quando decidi trabalhar no *Greenpeace*. Desse modo, a minha decisão foi assim considerada. Isto sem levar em conta meus compromissos como cidadã, que fazem parte de mim e estão comigo ao

longo de minha vida, independentemente da posição e cargo que ocupe. Neste ponto, também sei que não sou original.

Retomando a história da minha entrada no *Greenpeace*, já tinham se passado muitos anos de minha vida profissional, quando me contaram que estava sendo constituído o *Greenpeace* América Latina, e me solicitaram a indicação de antropólogos para uma análise de determinada situação de conflito, criada na Guiana Francesa, onde a entidade estava atuando.

O que me pediram é importante, mas não menos importante é me deter um pouco e dizer quem me fez a demanda. A solicitação partiu de uma antropóloga, filha daquele velho professor americano, com quem eu tinha trabalhado e, de alguma maneira, iniciado minha vida profissional na Argentina. Ao fazer esse pedido, ela insistia sobre a importância da minha avaliação devido ao tipo de problema que estava em jogo. Num primeiro momento, recusei, porque se tratava de população indígena, e essa área de trabalho eu conhecia. No entanto, houve tanta insistência da parte dela, reforçada no argumento segundo o qual, precisavam de alguém que conhecesse problemas sociais e políticos, que visse a forma de atuação, e que avaliasse o que estava sendo feito lá, identificando o conflito, que acabei aceitando o desafio. Procurei uma outra antropóloga, que além de antropóloga era "nativa", porque francesa, e partimos para a Guiana¹.

A costa da Guiana Francesa é um dos lugares mais importantes do mundo para a reprodução de um tipo de tartaruga marinha, que escolhe essas praias para botar os seus ovos. Cada tartaruga bota, de uma única vez, em torno de noventa ovos. Tinha-se constatado uma diminuição do número de tartarugas, e isto estava sendo visto como uma ameaça de extinção da espécie. O *Greenpeace* tinha um projeto de defesa dessas tartarugas e instalara, ali, um sistema de incubação. Tratava-se de um projeto levado adiante por um cientista, pesquisador do Museu de Ciência Natural de Paris, com o apoio do Orstom,

em conjunto com o *Greenpeace*, que fornecia, nesse acordo, os recursos financeiros e um número de voluntários. Segundo a interpretação corrente, as tartarugas estavam sendo extintas, não só porque os indígenas comiam e/ou vendiam os ovos, como também pela forma de pesca por eles utilizada. Ou seja, as redes de pesca, além dos peixes, colhiam as próprias tartarugas, impedindo-as de se aninharem na praia. Essa situação poderia agravar conflitos entre pesquisadores, voluntários ligados ao *Greenpeace* e a população local.

A população da região é, predominantemente, indígena, apresentando características muito peculiares. É uma comunidade indígena-francesa, porque, embora indígenas, são nativos de um território francês, e, portanto, como franceses, usufruem os direitos de cidadania daquele país; isto é, recebem, além de salário mínimo, ajuda de custo familiar (subsídio extra, por família numerosa), garantia de acesso à saúde, à educação etc. Tal fato também se reflete nas condições de vida: possuem linhas telefônicas nas aldeias e as crianças dispõem de transporte escolar gratuito. Embora diversos jovens indígenas trabalhem como técnicos na base nuclear de Kourú, a comunidade mantém suas formas de vida tradicionais, não apenas porque vive da caça e da pesca, mas também porque vive em choupanas do tipo tradicional, características da região amazônica, que consiste em uma estrutura sem paredes e com uma cobertura de palha, sustentada por pilastras de pau-a-pique; nesse espaço coberto estão suspensas as redes e também ali se guardam mantimentos. As atividades de cozinha são feitas fora dessa cobertura e a delimitação do espaço interno-externo das casas nem sempre é distinguível para alguém de fora. Do mesmo modo, as vestimentas são tradicionais. As mulheres, especialmente as mais velhas, usam como única roupa um pano amarrado, à maneira de uma saia longa, e vários colares que cobrem parcialmente o seu torso nu.

Até antes do conflito, a convivência entre os dois grupos era grande, inclusive os jovens indígenas tinham recebido treinamento dos voluntários europeus: alemães, franceses e ingleses.

O conflito aconteceu porque os europeus, portadores de uma concepção de casa e de espaço totalmente diferente, não tinham idéia do uso do espaço em comunidades indígenas; não sabiam que estavam confrontados com uma outra concepção de espaço e, portanto, não sabiam o que era, para a população local, público e privado, e do que constituíam os limites e fronteiras de uma casa e de uma aldeia. Assim, invadiam permanentemente a vida da aldeia, interferindo no seu cotidiano.

Logo no primeiro contato, pudemos observar a impossibilidade de compreensão, da parte dos estrangeiros, de aspectos do cotidiano daqueles indígenas: que vivessem dormindo em rede, que não possuíssem mobiliário no sentido europeu, que cozinhassem fora das choupanas e que, apesar disto, esses espaços fossem vistos como privado. Ao mesmo tempo, chocava-os a coexistência desse estilo de vida com o uso de linhas telefônicas; com o acesso ao ônibus como transporte escolar das crianças e, também, com o fato de alguns deles terem curso superior. Era muito confuso para eles: achavam que podiam entrar e circular nesses espaços, sem perceber que, ao fazê-lo, estavam invadindo uma aldeia. Observamos, também, que esses estrangeiros usavam a praia como se ela fosse um espaço público, invadindo a aldeia localizada na beira do mar, com seus usos e costumes europeus, inclusive, com seu uso do corpo, violentando mais uma vez a vida daquele grupo. Com essas atitudes, provocaram conflitos sérios, e até violentos, na comunidade, os quais aumentaram progressivamente, na medida em que se somaram à tensão derivada da acusação implícita segundo a qual, a pesca realizada pelos indígenas, esta sim, ameaçava a reprodução das tartarugas.

Escrevemos um relatório, fizemos contato com *Greenpeace* Internacional. Em decorrência, eles interromperam o programa porque reconheceram estar violentando a forma de vida da comunidade. Se estou fazendo referência a essa experiência, é porque ela foi publicada em revistas de circulação internacional, apesar do caráter privado de nosso relatório, como o de toda e qualquer consultoria. E esse é um fato diferente do que acontece com a nossa produção

acadêmica e que gostaria que registrassem. Quando fazemos uma consultoria, os dados nem sempre nos pertencem.

Apesar de o relatório não ter sido favorável à entidade, anos mais tarde me convidaram para ser integrante do *Greenpeace*. Relutei muito, porque considerava que não trabalhava com meio ambiente. Após algumas reuniões com a antropóloga que havia me contatado para realizar a consultoria, ela terminou me convencendo da importância do trabalho que realizavam. Percebi que aquela experiência seria interessante, como trabalho antropológico, porque estaria em contato direto com gente de diferentes países e que, ao tratar de meio ambiente, trataria necessariamente de problemas sociais; resolvi entrar para o *Greenpeace*. Trabalhei nos escritórios da América Latina, no início como diretora de programas e, logo em seguida, fui diretora de *Greenpeace* América Latina, elaborando a política de trabalho para toda a região e dirigindo o trabalho do conjunto de escritórios na Região.

Quando se pensa em entrar numa organização como o *Greenpeace*, se pensa em militância. Há um lado militante, mas quero falar do outro lado, daquele não-militante, mas profissional. Refiro-me aos profissionais que não andam nos barcos, não participam das ações visíveis do *Greenpeace*. Esse tipo de trabalho tem um objetivo muito específico, com planos, campanhas, objetivos a serem atingidos; trabalhos de *lobby* em convenções internacionais, relações com governos, enfim, toda ação é cuidadosamente planejada por esses profissionais, e rigorosamente avaliada também.

O *Greenpeace* é uma organização que reúne pessoas de mais de trinta países; foi fundado no Canadá e, depois, se estendeu para os Estados Unidos, mas sua sede central está em Amsterdam. Entre o final dos anos 1970 e início de 80, o *Greenpeace* espalhou-se pela Europa e pelo resto do mundo. Por ser internacional, é uma organização que planeja seus trabalhos em vários setores. Conto isso porque tem a ver com o papel que pode ser desempenhado por um antropólogo e, neste caso, latino-americano.

A organização trabalha com determinados temas que são abordados por todos os seus escritórios, no mundo. Isto é, todos participam das mesmas campanhas, o que provoca situações muito interessantes. Por um lado, aprendemos no trabalho antropológico que as fronteiras políticas não são as mesmas que delimitam os problemas sociais, e, portanto, as fronteiras ambientais não coincidem com as fronteiras políticas. O *Greenpeace* também trabalha levando em conta esse aspecto. Assim, quando se elabora uma estratégia de campanha, sabe-se que ela não será eficiente, e às vezes, será até inútil, se um país isolado assumir uma política que não seja também seguida pelos países vizinhos, pois, dependendo das questões, o problema apenas se desloca. Assim, por exemplo, não adianta que um país assuma a decisão de impedir a entrada de lixo tóxico (nuclear, etc.) em seu território, se o governo do país vizinho não tem a mesma política e permite aquela entrada. Na realidade, dá-se o seguinte: cada vez que um país fecha sua fronteira, se o vizinho não faz o mesmo, esse país é invadido por aqueles produtos, imediatamente. E assim, os exemplos se multiplicam. O mesmo ocorre com a floresta amazônica ou, ainda, com o caso da soja transgênica. Dentro do Mercosul, se no Brasil se discutia, no ano 1997, a permissão, ou não, do plantio de soja, na prática as sementes já entravam diretamente das mãos dos pequenos produtores que as plantavam na Argentina, os quais estavam trocando sementes com os produtores do lado da "fronteira" brasileira. Assim a soja foi invadindo espaços.

É claro que as medidas governamentais são essenciais para evitar a invasão "ilegal" que acontece, com frequência, em todos os casos; e era disto, fundamentalmente, que se tratava, naquela ocasião.

O *Greenpeace* focaliza todo seu trabalho na ótica dos problemas ambientais. Os problemas sociais são discutidos, na medida em que estão ligados ao tema ambiental em foco. Para nós, latino-americanos, que devido à realidade de nossa Região consideramos que os problemas sociais devem ser o centro de nossas atenções, não é fácil aceitar essa ótica e também não foi fácil para mim. No entanto, após um tempo observando o que os representantes dos

diferentes países que compõem a organização compreendiam por meio ambiente, comecei a perceber que tinha que fazer, no interior da organização, uma tradução cultural do que significava trabalhar especificamente em problemas ambientais, e mostrar que isto, necessariamente, em países como os nossos, requer pensar em determinados problemas sociais. Um antropólogo opera nesse sentido como um tradutor cultural, o que não é tarefa pequena. Vou explicitar essa formulação com um exemplo relativo ao caso do uso do cloro.

Sabe-se que o cloro é extremamente nocivo para a saúde humana. O *Greenpeace* tinha política assumida de não criar pânico na população sobre casos impossíveis de resolver. Um desses casos é o do cloro. Quando não existem soluções alternativas a propor, não se faz uma campanha de ataque direto ao problema, mas se utiliza a estratégia de atacar a questão de formas menos diretas.

O cloro usado de maneira descontrolada tem efeitos muito nocivos para a saúde. Existem estudos na Europa que demonstram isto cientificamente. O problema não é a utilização do cloro, em si, mas o uso sem controle que dele se faz.

O cloro não está presente apenas na água que bebemos, está no PVC que faz parte de diversos produtos de plástico, e às vezes em doses que são perigosas. Então, o *Greenpeace* se propôs a começar uma campanha sistemática contra o cloro. Os países europeus insistiam na necessidade de lutar junto à população, baseados nos relatórios científicos, produzidos na Europa e que lá circulavam. Assim, a proposta era fazer com que a população deixasse de utilizar o cloro abandonando certos produtos feitos com ele, como, por exemplo, brinquedos e outros objetos de plástico.

Nós, da América Latina, tivemos que nos opor a essa campanha, e, nessas circunstâncias, funcionamos como tradutores culturais, mostrando as razões das medidas. Os diretores dos escritórios da Região, especialmente os do México e os da América Central, insistiram no fato de ser inviável fazer uma campanha mostrando os problemas do cloro, pois a população entraria em pânico e o cloro, no caso do

seu uso na água, é fundamental para evitar a proliferação de inúmeras doenças, inclusive, da febre amarela. Em favor desse argumento, mencionavam as estatísticas que demonstravam que o cloro tinha reduzido a mortalidade naqueles países.

Quando *Greenpeace* inicia uma campanha, existem sempre ações diretas, que são os atos visíveis, públicos, que têm por objetivo chamar a atenção da população sobre o problema. Mas não há apenas a denúncia; ela é uma tática dentro de uma campanha. Por essa razão, junto a isto há um trabalho sistemático, em diferentes níveis: há uma ação junto à sociedade civil, junto aos governos e há também trabalho junto às convenções internacionais. Trata-se de um trabalho em diferentes instâncias. Sempre há uma proposta de solução ou soluções alternativas para os problemas que serão atacados. No caso do cloro, conseguimos que, a partir da nossa pressão, se esfriasse a campanha, mudando a maneira como estava sendo colocada. Em resumo, através deste exemplo, procurei mostrar que se pode atuar em situações como essas, mas também reforço a idéia segundo a qual, nesses casos, estamos diante de decisões políticas. Portanto, acredito que a Antropologia ajuda, mas também deve-se ter clareza de que ela, por si só, não resolve a questão.

Outro exemplo é o da campanha das baleias. As baleias têm um peso muito grande no imaginário das pessoas, especialmente porque algumas espécies estão ameaçadas de extinção. A frota pesqueira de alguns países e, mais especificamente, a japonesa, está contribuindo para seu rápido extermínio. Esse é um problema que assume dimensões mundiais. Porém, ao lado dessas frotas modernas, existem populações que, há séculos, vivem da caça da baleia. Por exemplo: os indígenas da Nova Zelândia e os pequenos pescadores da região nórdica da Europa.

A Noruega conta com uma numerosa população de pequenos produtores artesanais que vivem da caça da baleia, desde épocas distantes; apesar disso, nunca houve risco de que esses pescadores provocassem a sua extinção. No entanto, a partir da situação atual, a organização planejou uma campanha contra a caça das baleias e isto gerou um problema enor-

me. Porque, embora o alvo fosse a caça predatória da frota pesqueira em grande escala, desencadeada por grandes empresas pesqueiras internacionais, o início de uma campanha como esta acaba chamando à responsabilidade todas as pessoas que desenvolvem a prática da pesca de baleia, incluindo aquele tipo levado a efeito pelos pescadores tradicionais. Para abreviar a história, a discussão gerada dentro da organização foi enorme e nós, os que víamos a diferença, contribuimos para fazer com que se diferenciasse o alvo do ataque e apoiamos os colegas neo zelandeses, indígenas eles próprios, e os colegas da Noruega dentro da organização.

Retomo, agora, o caso dos transgênicos, tão comentado no Brasil, na atualidade; ele é extremamente interessante e revelador para os nossos objetivos aqui.

No *Greenpeace*, a discussão dos transgênicos existe desde 1996, quando se começou a abordar de forma sistemática a maneira de iniciar a campanha de informação à população. Como todos sabem, Estados Unidos foi o primeiro produtor de soja transgênica. Cabia, então, ao escritório do *Greenpeace* nos Estados Unidos, atacar o problema. Nessa época, o grande "responsável" pela produção era um pequeno grupo de produtores norte-americanos. Assim, a idéia era fazer uma campanha para frear sua produção e estabelecer a discussão no conjunto da sociedade. Hoje, os transgênicos estão presentes em todos os produtos que se consomem, não apenas na Europa, como também aqui, entre nós.

No início da campanha, alguns setores, dentro da organização, propunham, como estratégia para chamar a atenção da população, bloquear a entrada nos portos da Europa dos navios procedentes dos Estados Unidos, o que, inclusive, foi feito. Quando isto ocorreu, se colocou um problema para os dirigentes de *Greenpeace* provenientes dos escritórios da América Latina: se fechássemos o mercado europeu, para onde iria aquele produto? Claro, iria ser consumido nos países em guerra; nos países com problemas de fome, isto é, nas "lixerias do mundo", especialmente na América Latina, e, dentro dela, nos países da América Central, inclusive no México, onde esse

produto não era produzido mas consumido. Nessa época, a Argentina já estava produzindo soja transgênica, assim como também começava a produção, em muito menor escala, no Brasil.

O que fizemos, então? Além do trabalho da campanha propriamente dita, solicitamos a contratação de antropólogos para fazerem uma avaliação da situação na Argentina e no Brasil, para trabalharmos junto a essa população de pequenos produtores. Os resultados têm sido muito importantes. No sul do Brasil, no estado de Rio Grande do Sul, não poucos municípios têm se declarado contra a utilização dos transgênicos. No entanto, os interesses econômicos parecem estar falando mais alto, e os governos intervindo da maneira que o vêm fazendo, embora essa seja, ainda, uma questão em discussão e objeto de disputa.

Essa campanha dos transgênicos foi interessante também por outra razão, mostrando-se esclarecedora em outro nível. E, assim, vou me referir a uma última questão que considero como uma das grandes vantagens e aprendizados de estar num tipo de organização como aquela em que estive, e onde se constata que nós, antropólogos, aprendemos mais do que damos.

Eu havia trabalhado, ao longo de toda a minha vida profissional, com pequenos produtores, e não poucas vezes os criticamos quando víamos que, para plantarem suas roças, usavam produtos químicos, fertilizantes. Falávamos com eles nas reuniões do sindicato, aconselhávamos para que não usassem. Tínhamos essa preocupação. Inclusive, numa oportunidade, antes de entrar no *Greenpeace*, fui fazer uma avaliação para a FINEP, num projeto com pequenos produtores no interior do Brasil. Em visita à área, cultivada por um dos dirigentes sindicais, considerada exemplo de realização de agricultura alternativa (sem uso de agrotóxicos), observei, atrás de uma árvore, um saco vazio de fertilizantes químicos. Isto evidenciava que, apesar de todo o trabalho de ONG e engenheiros agrônomos, os pequenos produtores seguiam aquilo que os grandes produtores faziam, isto é, usavam fertilizantes químicos porque

isto garantia não apenas menos trabalho na limpeza do terreno, como também um aumento de produção, embora em curtíssimo prazo. Naquela época (e, ainda hoje), o esforço de parte de todos aqueles que trabalhavam (e trabalham) com agricultura alternativa é para fazer com que se freasse (e se freie) o seu uso. Aprendi no *Greenpeace* algo que, embora seja e possa parecer muito óbvio, nem sempre percebemos; isto é, saber que não basta querer que os pequenos produtores tomem consciência e que parem de produzir sem agrotóxicos se não houver uma política mais geral nessa direção: política de preços diferenciada para produtos “limpos” ou, ainda, sem um fechamento da fronteira para importação desses produtos, que geralmente são produzidos no exterior ou, então, internamente produzidos pelas suas subsidiárias. Colocada a questão em outra perspectiva: se não lutarmos pela não-produção desses agrotóxicos, muitos deles proibidos nos Estados Unidos fundamentalmente, mas que são lá produzidos para serem vendidos nos países latino-americanos, acabaremos atacando aqueles que, na verdade, são as vítimas do processo, isto é, os pequenos produtores; ou seja, terminaremos criando problemas na base, ao invés de resolver o problema.

Chamo a atenção para o fato de que a Antropologia me ajudou a cumprir o papel de tradutor cultural que, necessariamente, desempenhamos numa organização como essa. Ao mesmo tempo, ajudou a incrementar minha visão do mundo, em outras dimensões, e me ajudou, em muito, a continuar a crescer, profissionalmente.

Finalmente, gostaria de fazer referência a um aspecto que considero central, e que cada vez que se fala do trabalho dos cientistas sociais se coloca: o compromisso é um dos valores centrais para muitos de nós. Não poucas vezes, nos é colocada a questão de como manter o rigor científico sem excluir o compromisso político. Ou ainda, como ser militante, mantendo ao mesmo tempo, o rigor científico.

O compromisso, segundo eu o entendo, não está ligado aos temas estudados, mas à maneira de se perguntar sobre as diferenças que se tornaram

desigualdades sociais, pois considero que, ao fazê-lo, estaremos entendendo, inclusive, qualquer tema, até aqueles vistos freqüentemente como “mais engajados”, ou então aqueles temas freqüentemente considerados “nobres”. A Antropologia me ensinou que para pensar politicamente não tinha necessariamente que estudar mobilizações, ocupações de fábricas; ou estar engajada num trabalho político. O compromisso não está no tema. Assim, não há temas nobres, em si; a nobreza está no rigor dispensado ao tratamento, e na medida em que se está sempre discutindo o lugar de onde o antropólogo o trabalha. O compromisso com a atitude de conhecimento foi o que fez com que os que assim pensamos tivéssemos – e eu, em determinados momentos de minha vida – a possibilidade de vincular o compromisso social com o compromisso com o conhecimento, sem que este fosse desqualificado. Foi a reflexão sistemática sobre esse problema e a certeza da diferença existente entre as duas formas de compromisso e a legitimidade dos dois, que tornaram possível o diálogo de produtos de pesquisa com o social, e pudessem transformar-se, inclusive, até em parte de lutas políticas dos trabalhadores rurais das regiões onde trabalhei. E foi esse mesmo compromisso o que me levou a trabalhar com esses movimentos sociais, assim como posteriormente me conduziu a engajar-me numa ONG.

Esse duplo compromisso é possível desde que se leve em consideração, por um lado, que se trata de duas formas de conhecimento e, que por isto não são automaticamente transferíveis, pois de fato há muitas mediações entre as duas; por outro lado, que não se use a legitimidade acadêmica para trabalhar com os grupos sociais, ou, ao contrário, se utilize a legitimidade política junto a determinados grupos sociais como meio de legitimação do trabalho acadêmico.

No entanto, essa separação nem sempre é muito bem compreendida, confundindo-se os dois lados. Eventualmente isto ocorre por estar em jogo uma relação de poder que, às vezes, nós antropólogos exercemos até independentemente ou até contra as vontades individuais; e isto acontece quando não existe uma reflexão sistemática sobre o nosso papel,

com o que se acaba invalidando tanto o trabalho acadêmico quanto o compromisso político, correndo o risco, inclusive, de prejudicar os próprios atores sociais que se pretendia proteger. Inversamente, não é raro que se classifiquem aqueles que não participam em forma militante, como “reacionários”.

Pensando nestes termos, poderia remontar-me a Malinowski, dizendo que a Antropologia sempre esteve carregada por relações de poder e isto traz como corolário o questionamento sobre a existência da chamada “neutralidade antropológica”. A neutralidade é o resultado do diálogo entre os dois compromissos; é quase o equilíbrio entre os dois e também o resultado de seu questionamento constante, assim como do questionamento da ótica sob a qual o pesquisador realiza o seu trabalho.

Na realidade, a diferença – que é um elemento central entre o eu e o outro – está carregada de poder. Ao perceber a diferença, simultaneamente são percebidas as relações de poder; portanto, temos que agir com ela. Por essa razão, podemos afirmar que em Antropologia não há uma contaminação entre o científico e o político, sempre que seja levado em consideração que a diferença está associada a poder. Em suma, devemos ser conscientes de que há que ter valores e posições para agir com isto.

Paradoxalmente, aqueles que diluem a diferença acabam, por essa mesma razão, anulando a possibilidade do conhecimento antropológico. De fato, não se pode ser o outro, conforme assinalam os clássicos, embora até se more com ele. Pode ser que até venha a acontecer que os dois se encontrem na mesma **posição**; mas a diferença estará sempre na **condição** de cada um. Assim, uma vez que reconheçamos a diferença, tratemos de diminuir a desigualdade. Falar de valores tais como desigualdade, compromisso etc. põe em evidência que o **habitus** é o **ethos** na prática, uma vez que o **ethos** não é imutável, existindo uma relação dialética entre as duas.

NOTA

¹ Estou falando de Marie France Garcia, antropóloga e colega, residente no Brasil, naquele momento.